



EXISTE TEOLOGIA EGÍPCIA?

UM DEBATE ACERCA DA POSSIBILIDADE DE REFLEXÃO TEOLÓGICA

Is there an Egyptian theology? A debate concerning the possibility of theological reflexion

Petterson Magno da Silva Santos*

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

DOI: 10.29327/256659.14.2-4

RESUMO:

O presente artigo debate o uso do conceito de teologia para a antiga religiosidade egípcia. A motivação para esse estudo nasce da constatação, demonstrada no início desse trabalho, que diversos egiptólogos usam o conceito em questão de formas extremamente variadas, sendo que apenas dois autores que encontramos, Assman e Ritner, se preocupam em conceituar o que seria teologia no Antigo Egito. Aqui, nós vamos nos apoiar em alguns teólogos para definirmos o que é teologia, depois analisarmos as formas como Asman e Ritner tratam tal conceito, para finalmente refletindo sobre o seu uso ou não para a realidade egípcia.

Palavras-Chave: Antigo Egito; Religião; Teologia.

* Mestre em história pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: petmagno.egito@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sem dúvida nenhuma, a religião foi o aspecto da antiga sociedade egípcia que a egiptologia mais se dedicou a estudar nos últimos dois séculos. São diversos os fatores que contribuem para esse fato, aqui destacamos a variedade maior de fontes religiosas (principalmente ligadas a religião funerária) do que de outros aspectos da vida, o gigantismo de seus monumentos religiosos, a inegável relação entre a monarquia e a religião nessa sociedade, os aspectos únicos de sua arte religiosa, um certo “exotismo” atribuído por mentes “ocidentais” ao se deparem com a forma como os deuses desse povo eram representados, entre outros fatores.

Muitos dos estudos acerca da religião no Antigo Egito acabam por se dedicar a assuntos relacionados com a religião funerária. As conexões entre monarquia e religião e os diferentes aspectos mágicos envolvidos nessa prática religiosa também são temas de muitos trabalhos. Contudo, poucos são os estudos que se preocupam em refletir sobre o que seria a teologia egípcia ou sobre as causas sociais para as transformações das narrativas religiosas.

Nesse artigo, nós nos debruçaremos sobre a possibilidade da existência de uma teologia egípcia e, caso a mesma exista, em qual período histórico a mesma se desenvolveu e quais eram os principais temas de trabalho.

Debater sobre o termo teologia dentro da religião egípcia é necessário, pois diversos são os egiptólogos que aplicam esse termo em diversos fenômenos que ocorrerem dentro da religião do povo em questão, sem nem ao menos conceituar o que seria teologia. Para ficarmos em alguns exemplos, vamos demonstrar como alguns autores utilizam o conceito de teologia para contextos diferentes.

Começaremos por Coulon, que afirma a existência de uma teologia tebana do deus Osíris. Vejamos o que o autor diz:

O estudo de teologia tebana de Osíris, como manifestações locais de seu culto, envolve necessariamente levar em conta a multiplicidade de formas que este poderia ter, essa multiplicidade resulta, em particular, da proliferação de capelas dedicadas a Osíris na periferia do templo de Amon (Coulon, 2009, p.1).

Agora fiquemos com as palavras de Mathieu: “Não, é absolutamente necessário buscar na teologia de Osíris, tão tentador quanto o empreendimento, um prenúncio distante do cristianismo” (Mathieu, 2010, p. 104). A distinção entre Coulon e Mathieu é que en-

quanto o primeiro está trabalhando especificamente com o deus em Tebas, o segundo parece englobar todo o conhecimento acerca dessa divindade como teológico.

Já Hendricks, Huyge e Wendrich começam um artigo afirmando que:

O pensamento religioso no Egito era rico e variado, como vislumbrado no registro visual e textual nas paredes do templo e da tumba. A maior parte da teologia e da imagem religiosa do mundo, no entanto, está implícita e apenas aludida através de referências à rica mitologia (Hendricks; Huye; Wendrich, 2010, p. 15).

Ou seja, aparentemente para os autores, a teologia seria uma espécie de concepção do mundo ou algo do tipo.

Vejamos agora uma pequena explicação de Kemp sobre o que seria a teologia menfita:

Teologia menfita é como é conhecida uma cópia do século VIII a.C. de um documento composto muito antes, possivelmente no Reino Antigo ou até mesmo antes, embora este seja um assunto disputado. Ele tenta explicar a dualidade geográfica da realeza egípcia, as posições dos deuses Hórus e Seth, a supremacia da capital Mênfis e, finalmente, de seu deus criador, Ptah. Hórus é apresentado como o primeiro rei do Alto e do Baixo Egito, adquirindo essa posição, tendo sido anteriormente apenas o rei do Baixo Egito, depois que o deus Geb deu a ele também o reinado do Alto Egito, até então mantido por Seth (Kemp, 1989, p. 72).

Podemos perceber um fato bastante relevante na explicação de Kemp sobre o que seria a teologia menfita. Primeiro que ele diz explicitamente que se trata de um documento que ficou conhecido desta maneira, segundo ele descreve o conteúdo do mesmo, o que Kemp não faz é explicar qual motivo o termo teologia é apropriado para se referir a esta fonte. Assim como ele, Trigger trabalha a mesma fonte de forma semelhante: “A assim chamada teologia menfita atribui a criação do mundo por Ptah, deus patrono de Mênfis” (Trigger, 1989, p. 66). E também David: “A teologia menfita é, portanto, ligada principalmente às funções criativas do pensamento, expressão verbal e transformação do conceito em realidade” (David, 2011, p. 126).

Finalmente temos a forma como Santos utiliza o termo teologia, falando em teologia egípcia da maneira mais geral possível, embora no momento estivesse trabalhando com o deus Hórus:

Com relação à concepção póstuma de Hórus, a única menção de Plutarco refere-se ao nascimento de Harpócrates, uma criança fraca de pernas, que na teologia egípcia seria Hórus criança, encontrando a explicação em termos filosóficos para tal problema (De Ísis, cap. 19). Deve-se ressaltar que a cena da concepção póstuma de Hórus teve uma importância muito grande para os egípcios (Santos, 2003, p. 101).

É possível perceber que todos estes autores falaram em teologia, mas nenhum deles se preocuparam em nos dizer o que afinal seria teologia. Este termo é aplicado em diversos trabalhos sem a menor preocupação teórico-metodológica. Não estamos afirmando que toda a historiografia se comporta assim, até porque nesse estudo buscaremos abrir o debate sobre o tema da teologia dentro da egiptologia, o que fazemos aqui é apontar uma falha recorrente em muitos trabalhos.

Justamente por isso, em um primeiro momento vamos discutir o próprio conceito de teologia, o que seria teologia e no seu espectro mais ampliado e posteriormente entraremos no debate sobre o Antigo Egito. Portanto, vamos agora refletir sobre o que seria teologia.

AFINAL O QUE É TEOLOGIA?

Definimos a palavra teologia como estudo de Deus, teo (Deus) e logia (estudo). A origem dessa palavra se encontra na língua grega: *theología/theologín*. Ao consultarmos o dicionário encontramos a seguinte definição de teologia: “Estudo das questões referentes a divindade e de suas relações com os homens” (Anjos; Ferreira, 2001, p. 668a). Somos informados por Passos que essa palavra era originalmente usada em relação aos mitos, e que teólogos eram aqueles que cantavam os mitos na Grécia Antiga. O autor também nos informa que foi Aristóteles, mais precisamente em sua obra *Metafísica*, quem primeiro deu a palavra teologia o significado de ciência, de reflexão racional (Passos, 2010, p. 106).

Chamamos à atenção brevemente em um dos termos utilizado no dicionário para definir teologia, o texto que citamos acima diz: “referentes a divindade...”. Acreditamos que o fato da palavra divindade estar no singular não seja um simples equívoco, mas sim a concepção subjacente de que somente no cristianismo haveria teologia.

Passos parece estar de acordo com a maneira restrita como o dicionário define teologia e assim ele sintetiza o que é teologia em seu livro:

[...] a) a perspectiva da fé apresenta-se como dado metodológico que compõe o discurso e não somente como uma opção voluntarista do teólogo; b) tal perspectiva tem sua constituição original, desenvolvimento histórico e consolidação metodológica no universo judaico-cristão; c) de forma que, em termos teóricos e metodológicos, o que se mostra como teologia deverá referir-se de algum modo a esse *modus operandi* cognitivo, sob pena de introduzir uma ruptura semântica com um conceito milenarmente consolidado; d) a teologia das religiões significa a introdução de uma perspectiva que amplia o próprio significado da fé cristã como grandeza que afirma o diálogo como dado implícito à fé e a verdade a ser buscada dentro e fora do Cristianismo (Passos, 2010, p. 103) [Grifos do autor].

Restringir a manifestação do pensamento teológico apenas em uma religião, que por curiosidade é a religião com mais praticantes no Brasil, independentemente de suas denominações, é no mínimo criar um conceito demasiadamente estreito. Sobre isso, vejamos o que diz Andrade:

O processo de reconhecimento dos cursos de Teologia, como foi visto, ao mesmo tempo que oferece garantias de qualidade, deixa espaço suficiente para as diversas tradições religiosas, de tal modo que mesmo cursos destinados à formação de teólogos de tradições não cristãs podem ser e estão sendo reconhecidos (Andrade, 2009, p. 32).

Portanto, no Brasil, os cursos de teologia reconhecidos pelo MEC não privilegiariam o cristianismo como sendo a única religião capaz de fomentar o pensamento teológico. Cabe então perguntar, qual o conceito de teologia adotado pelo Estado brasileiro? Foi o parecer 241/99 da CNE (Câmara Nacional de Educação) que regulamentou a situação dos cursos de teologia por todo país. No parecer temos a seguinte definição de teologia: “como uma análise efetuada pela razão sobre os preceitos da fé” (Pauly, 2006, p. 23). Em seu artigo Andrade também define teologia, posteriormente a uma citação de Vernat, que diz que para existir teologia é necessário a existência de livros e um corpo de especialistas, o autor argumenta:

A Teologia não é um saber sobre as religiões estabelecido desde um lugar externo às mesmas, mas, em sentido estrito, é uma forma particular de saber estabelecido no interior de algumas tradições religiosas distinguindo-se de outras formas de saberes e discursos religiosos presentes na mesma tradição religiosa por seu caráter altamente formal e pelas regras específicas de sua constituição (Andrade, 2009, p. 24).

É perceptível a existência de discordâncias entre a forma como o dicionário e Passos concebem a teologia da maneira como o parecer 241/99 da CNE e Andrade a concebem. Enquanto os dois primeiros tentam restringir essa forma de pensamento ao cristianismo, os outros dois buscam uma concepção mais ampliada da mesma, não a relacionando necessariamente a nenhuma tradição religiosa. Pela própria pergunta que fazemos nesse artigo devemos nos colocar ao lado do parecer e de Andrade, contudo, é necessário salientar que todas as concepções de teologia que apresentamos estão de acordo em um ponto, que a teologia se constitui como a capacidade de reflexão da razão humana sobre uma tradição religiosa, argumento central de todas as definições apresentadas, ou para ficarmos mais uma vez nas palavras do parecer 241/99: “uma análise efetuada pela razão sobre os preceitos da fé” (Pauly, 2006, p. 23).

Tendo em vista este conceito de teologia que estamos trabalhando, podemos perceber que a teologia existe nas religiões, mas não é a religião propriamente dita, ou melhor, não é o conhecimento religioso. O próprio Passos chega a estabelecer esta distinção:

o conhecimento religioso opera na lógica do símbolo, ou seja, a partir de algo que tem a força de remeter para experiências que estão para além de si mesmo. É uma realidade sensível e presente que comunica o ausente e fá-lo transparecer como totalidade no fragmento, como força na fragilidade ou como eternidade na temporalidade (Passos, 2010, p. 71).

Da mesma forma que estabelecemos esta distinção também podemos e devemos distinguir os líderes religiosos dos teólogos. Ficamos com o exemplo de Lopes, que em um dos seus trechos distingue o teólogo do pastor:

Eis aqui o cerne da distinção entre o “teólogo” e o “pastor”. O primeiro é um pesquisador de temas teológicos e religiosos, que, necessariamente, pode ter pouco ou nenhum envolvimento com o campo pastoral; o segundo é possuidor do “cheiro” da ovelha. Em função disso, pode-se afirmar que muitos são os formados em teologia, professores de cursos de teologia e seminários confessionais, bem como os formados em seus Programas de Pós-Graduação, mas que não podem ser chamados de “pastores”, a não ser que estejam efetivamente em atuação no campo pastoral (Lopes, 2010, p. 34).

Ainda nos sobra, contudo, uma última pergunta: para que serve a teologia? Qual é a sua função em nossa sociedade hoje? Nós verdadeiramente nos surpreendemos com a res-

posta dada por Gomes, porque ela em certo sentido guarda uma profunda semelhança pelo motivo que nós, historiadores, ainda cumprimos com o nosso papel:

Portanto, em minha opinião, o grande desafio é fazer Teologia para compreender o presente, por exemplo, vamos nos preocupar com o que os pobres não têm para comer e o rico tem demais, a ponto de ficarem obesos. Observar que problemas se levantam no cotidiano e que respostas temos para dar a partir da hermenêutica bíblica (Gomes, 2016, p. 8).

A resposta de Gomes aponta que a teologia deve dar conta dos problemas do presente. O grande mérito dessa resposta é colocar a teologia como uma reflexão acerca da realidade humana, o que pode ser útil para pensarmos no contexto egípcio, caso exista tal forma de raciocínio nessa sociedade. Obviamente que temos consciência que muito dificilmente vamos encontrar alguma reflexão religiosa egípcia estruturada de tal forma como a teologia contemporânea, quanto mais que conteste as diferenças entre as classes sociais, mas por outro lado, podemos encontrar reflexões acerca de problemas humanas daquela sociedade, como por exemplo as faltas de cheias do Nilo ou problemas relativos a algumas doenças. Não se trata, portanto, de buscar no Antigo Egito um pensamento teológico parecido com a atual, mas sim, uma forma de pensar que seja racional acerca dos problemas humanos que partam da relação com o sobrenatural.

Nossas indagações acerca do que seria o pensamento teológico foram respondidas no apoio dos autores que estamos utilizando neste tópico. Decerto, existem outras respostas possíveis, contudo, para nós as conclusões que chegamos depois desta breve reflexão são mais do que suficientes.

Cabe então reafirmar a definição de teologia que ficamos, a mesma do parecer 241/99 da CNE: “uma análise efetuada pela razão sobre os preceitos da fé” (Pauly, 2006, p. 23). Assim sendo, resta-nos então finalmente perguntar: existe teologia no Antigo Egito?

TEOLOGIA NO ANTIGO EGITO: UM DEBATE ESCASSO

O título deste tópico reflete uma realidade demonstrada neste estudo em seu princípio, a falta de debate que existe em torno do conceito de teologia no Antigo Egito. Entretanto, como vimos acima, diversos autores utilizam o termo teologia para nomear diferentes conteúdos e fenômenos encontrados nas fontes, sem fazer a menor discussão acerca do que o

termo significa. É quase como se teologia não fosse uma ferramenta conceitual utilizada para passar uma ideia, mas sim uma palavra de fácil entendimento pelo senso comum.

Em sua tese de doutorado João reflete sobre a naturalização com a qual a egiptologia trata o conceito de Estado, e em um determinado parágrafo com base em um artigo de Moreno Garcia a autora afirma:

Neste sentido, vale a pena apontar que a Egiptologia parece bastante resistente a perceber a importância de abordagens mais teóricas e se constitui como um campo de discussões essencialmente empíricas. [...]. Um dos pontos para o qual o autor chama mais atenção é, justamente, seu isolamento e atraso em relação a outras ciências sociais no que diz respeito a métodos e teorias envolvendo discussões de temas complexos como economia e sociedade (João, 2015, p. 33).

De nossa parte devemos dizer que concordamos com a autora quando esta afirma que a egiptologia está atrasada em diversas reflexões teóricas frente aos demais campos das ciências humanas. E mesmo a religião tendo sido um dos campos mais privilegiados de estudo e pesquisa, isso não significa que as reflexões acerca desta parte da vida social esteja muito mais avançada em relação aos estudos sobre o Estado, vide o uso sem o menor critério do conceito de teologia que mostramos em nossa introdução.

Ao longo do tópico anterior buscamos nos munir das reflexões de alguns teólogos para estabelecermos o que é teologia e qual é a sua função em nossa sociedade. Cabe dizer que as respostas que chegamos são respostas contemporâneas, encontradas por teólogos contemporâneos que analisam a teologia sobre o prisma das questões do tempo presente. Assim sendo, não esperamos e nem podemos esperar encontrar entre os antigos egípcios um conceito de teologia que seja similar ao que encontramos atualmente, quando muito este servirá de parâmetro para analisar e compreender melhor as mudanças deste fazer no tempo e, talvez entender como a sociedade que estamos analisando lidava com o mesmo.

Contudo, como estamos analisando a antiga sociedade egípcia tem um complicador a mais nesta equação. Até onde nossas buscas foram capazes de chegar, diferentemente dos gregos, não encontramos nenhuma palavra egípcia que signifique teologia.

Pensamos que conceitos são ferramentas, são materiais linguísticos que utilizamos para compreender um determinado fenômeno nas sociedades humanas. Por isso, acreditamos que podemos sim utilizar de conceitos que não existem no idioma de um dado povo para compreender um certo fenômeno que se manifesta neste mesmo povo. Contudo o uso

deste instrumental dentro deste cenário se torna bem mais delicado. Afinal somos nós que estamos categorizando um dado fenômeno que não se interpretava dessa maneira até então pelos nativos. Para ficarmos com o nosso exemplo concreto, não estamos mais buscando um conceito de teologia no Antigo Egito, mas sim, tentando encontrar no Antigo Egito um fenômeno que possa se assemelhar ao que entendermos por teologia. Essa operação intelectual não se restringe a este conceito e ocorre nos mais diferentes estudos sobre as mais variadas sociedades, e em muitos casos é a operação correta a se fazer, mas nem por isso deixa de ser uma operação delicada.

Felizmente podemos dizer que apesar de pouca, temos alguma companhia na busca por um conceito de teologia no Antigo Egito. Até onde podemos encontrar, outros dois egiptólogos também tentaram trabalhar este conceito. Estamos falando de Assman que via uma ligação entre o enfraquecimento do politeísmo egípcio e o surgimento de um fenômeno que ele classifica como teologia e de Ritner, que via no conceito de *heka* e sua associação com a magia uma forma de teologia ao longo de toda história do Antigo Egito. Vamos analisar em diferentes tópicos o instrumental desenvolvido por estes dois autores.

A CRISE DO POLITEÍSMO COMO BERÇO DE UMA TEOLOGIA EGÍPCIA

Começaremos a explorar possíveis respostas para o que seria uma teologia egípcia com Assman. Conforme dizemos acima, este autor enxerga uma ligação entre o enfraquecimento do politeísmo egípcio e o surgimento do que seria uma nova forma de se lidar com o sobrenatural, a qual ele acredita se tratar de uma teologia propriamente dita. O grande mérito de Assman frente aos outros egiptólogos que citamos até aqui é que ele está preocupado em delimitar o que seria teologia, seu surgimento na sociedade egípcia, e por qual motivo a mesma teria surgido.

A preocupação é tal que o autor reconhece que o termo teologia é muitas vezes aplicado como algo restrito ao cristianismo e que é bastante questionável o seu uso para o Antigo Egito, ele chega a afirmar que: “A aplicação desse termo parece uma retroprojeção eurocêntrica de problemas que formam o centro de sua própria religião, mas que provavelmente eram muito remotas para as antigas preocupações egípcias” (Assman, 1994, p. XI).

Para Assman teologia egípcia não é um conceito abstrato que pode ser utilizado independentemente do período histórico com o qual estamos trabalhando. Além de definir o

que seria teologia, este egiptólogo também localiza o surgimento da mesma no tempo: “O discurso teológico é um fenômeno tardio. Ele surge durante o Império Novo (séculos XII à XV a.C.) em torno de um problema particular: que é a concepção do Maior Deus ou do Ser Supremo e a relação deste/desta divindade com os outros membros do panteão” (Assman, 1997, p. 1).

Temos aqui mais um mérito desse autor, que delimita o surgimento do que seria teologia temporalmente, não sendo a mesma um fenômeno universal dessa religião. Em outras palavras, Assman coloca a teologia como uma forma diferente de manifestação do conhecimento religioso, o que vai de encontro ao conceito de trabalho que estamos usando para pensar o que seria uma teologia.

No entanto, não basta que Assman nos diga que a teologia só surge no Antigo Egito durante o Novo Reino, é preciso que ele demonstre como isso ocorreu. Basicamente para o autor a produção teológica egípcia surge em um contexto de crise do politeísmo (Assman, 1997, p. XII). Para ser mais preciso esta crise ocorreu posteriormente ao Período de Amarna (1400 a.C. – 1320 a.C.), quando o rei Amenófis IV muda seu nome para Akhenaton, bane todos os deuses da tradição religiosa egípcia e afirma que somente Aton é um deus verdadeiro e pode ser cultuado no Egito, implementando assim uma espécie de monoteísmo¹.

Assim como teologia, termos como monoteísmo e politeísmo são carregados de significados que muitas vezes não dominamos e deixamos passar na discussão. Por isso achamos relevantes fazer este debate, tendo-se em vista que este é um ponto central para entendermos as propostas de Assman. Inclusive o próprio autor apresenta o que seriam estes conceitos:

O monoteísmo é um termo geral para as religiões que confessam e adoram apenas um deus. “Um só Deus!” (Heis Tbeos) ou “Nenhum outro deus!” (Primeiro mandamento) – esses são os lemas centrais do monoteísmo. As religiões incluídas no termo politeísmo não podem, contudo, ser reduzidas a um único lema de significado oposto, tal como “Muitos deuses!” Ou “Nenhuma exclusão de outros deuses!” Pelo contrário, a unidade do divino é um tópico importante nas tradições egípcias, babilônicas, indianas, gregas e outras politeístas. [...]. O monoteísmo é autodescrição, o

¹ Existe todo um debate em torno do fenômeno religioso ocorrido durante o Período de Amarna. Aqui, basta dizer que existem estudiosos que defendem que o que ocorreu nessa época não foi um monoteísmo, e sim uma monolatria, ou seja, o culto a um único deus, sem negar a existência de outras divindades.

politeísmo é a construção do outro. [...]. A unidade, neste caso, não significa a adoração exclusiva de um deus, mas a estrutura e coerência do mundo divino, que não é apenas um acúmulo de divindades, mas um todo estruturado, um panteão (Assman, 2004, p. 17).

É possível perceber que a despeito do que poderíamos pensar apenas pelos termos isolados o politeísmo não significa a desorganização divina ou a simples multiplicidade de deuses, este conceito comporta a ideia de uma organização, que neste caso é a organização do panteão dos deuses.

Tal fator nos ajuda a refletir sobre a própria estrutura do panteão egípcio. Temos diversos deuses, em muitos casos mais de um deus por função e sem que se encontre necessariamente diferença de autoridade entre eles. Além disso, temos divindades que são cultuadas apenas na esfera local, das cidades, enquanto outras já tem um verdadeiro culto estatal, que se alastra por todo o país. Por esse motivo Janák afirma que o panteão egípcio teria uma estrutura que seria de uma federação (Janák, 2011, p. 126). Um fato interessante é que o autor afirma que o panteão também não manteve sua estrutura de maneira perpétua, vide que o mesmo aponta uma possível mudança entre o Antigo e o Médio Reino:

Acredito também que, no tempo do Antigo Reino, existia um conceito do deus principal como a cabeça do panteão que reflete o status do rei terreno. No entanto, a noção de um reinado real entre os deuses foi introduzida apenas durante o Médio Reino, quando conceitos e ideias ligadas à ideologia real penetraram no mundo dos deuses e na esfera privada não real (Janák, 2001, p. 126).

Voltando ao centro do nosso debate é necessário que tenhamos em mente que existem outras formas de se organizar uma religião para além do monoteísmo e do politeísmo. Outro conceito que é importante para compreender as colocações de Assman é o de henoteísmo. Segundo o autor trata-se de um monoteísmo de perspectiva, onde não se nega a existência das outras divindades, mas se reconhece o valor apenas no culto de uma.

O conceito em questão é importante porque ele também está conectado com o surgimento da teologia egípcia. Aparentemente durante o Novo Reino houve um período em que o henoteísmo e politeísmo entraram em disputa. Segundo Assman:

No Egito, a perspectiva henoteística da literatura de sabedoria e o politeísmo do culto coexistem sem nenhum conflito aparente. Durante o Reino Novo, no entanto, a perspectiva henoteística também começa a afetar certos domínios da literatura

do templo, especialmente os hinos de Amon-Re, o deus da capital, Tebas, que se identifica com o deus-sol de Heliópolis (Assman, 2004, p. 23).

São justamente os hinos dos deuses solares que são considerados o gênero literário, por excelência, da teologia egípcia. Segundo o autor neste tipo de fonte temos a representação de um fenômeno único, que seria o aparecimento da teologia egípcia (Assman, 1994, p. 1). Vale reforçar que o desenvolvimento da teologia egípcia está associado ao Período de Amarna e a necessidade de sua refutação (Assman, 1997, p. 2). Ainda segundo este autor é necessário que a religião busque se reproduzir para que se abra espaço para um processo de canonização da tradição. Este processo cria a necessidade de se criar um corpo de especialistas responsáveis por entender a tradição e sua continuidade. Ele afirma:

Esse processo é inevitável, mas as consequências são, em certa medida, mitigadas pela criação de uma ciência filológica e teológica da hermenêutica, cuja tarefa torna-se gradualmente maior e mais difícil à medida que a distância entre "texto" e 'realidade' aumenta. Como resultado de sua canonização, o discurso teológico (e *mutatis mutandis* o literário) mobiliza especialistas, que se tornam nota familiar apenas com a tradição desses textos, mas também com o corpo de conhecimento em constante expansão, requerido para continuar a tradição: [...]. A canonização do discurso religioso, o estabelecimento de uma classe exclusiva de sacerdotes e a identificação do conhecimento religioso como algo separável de todo o sistema cultural são três processos interdependentes. Ao contrário do hinduísmo e do judaísmo, o comentário como um correlato necessário da canonização na religião egípcia foi mantido ao mínimo. No Egito, os esforços de transmissão das escrituras concentram-se mais na crítica textual do que na interpretação (Assman, 1994, p. 6. Grifos do autor).

Finalmente devemos dizer que o autor apresenta uma ligação entre a teologia e a magia. Ele afirma que as passagens teológicas que são utilizadas pela magia são uma exceção e: "Além disso, em cada um dos casos que consegui coletar, estamos lidando com reutilização. Parece óbvio que o texto é retirado de outra função no contexto da magia" (Assman, 1997, p. 6). Ou seja, não há nem o uso recorrente da teologia na magia e quanto a segunda lança mão da primeira, ela o faz de maneira a retirar a teologia de seu contexto.

As hipóteses apresentadas por Assman nos parece bem embasadas e em um primeiro momento tendemos a concordar com ele. No entanto, em muitos momentos sentimos que o autor está fazendo uma grande reflexão teórica, sem grandes vestígios nas fontes para o seu embasamento. O grande cerne desta questão para nós é quando ele fala da cria-

ção de um corpo de especialistas, que terá como dever interpretar esta nova teologia e compreender a antiga. Quando refletimos teoricamente a respeito do que Assman está propondo acreditamos que seja plausível, contudo, o mesmo não tem nenhuma fonte que nos consiga indicar que este movimento está ocorrendo, portanto, a mesma não passa de uma hipótese intuitiva, e nada mais. Se o autor tivesse como disponível um édito real, uma carta entre sacerdotes ou quaisquer outros tipos de documentos que nos tragam mais materialidade para a sua teoria, ela ganharia força, mas como este ainda não é o caso, continuaremos no campo das intuições.

Caso a interpretação de Assman esteja correta e os hinos solares a Amum sejam o reflexo de uma interpretação sobre as relações das formas religiosas que chamamos de monoteísmo, politeísmo e henoteísmo concordaríamos com a ideia do autor de perceber em tais hinos uma reflexão teológica. O que nos incomoda neste caso, é que não há conflito entre os teólogos egípcios de Assman. O autor inclusive parte do pressuposto que a teologia nasceu de um conflito na forma como se ver a religião, contudo ele não apresenta como esses conflitos eram realizados, Assman não nos mostra a materialidade das disputas religiosas, ou melhor, aos documentos resultados dessas disputas. E por mais que a religião estivesse totalmente conectada ao Estado egípcio, a existência de uma teologia forçaria levaria a diferentes interpretações intelectuais sobre a religião. O que não vemos na forma como o autor analisa o problema. É como se a teologia fosse uma coisa unitária e sem conflitos, e sabemos que não é assim. Mesmo não estando procurando no Antigo Egito uma teologia similar a nossas na contemporaneidade, estamos lidando com uma forma muito específica de reflexão, uma reflexão sobre os deuses, e essas quase sempre apresentam muitos conflitos e disputas, o que mais uma vez, não é visível em Assman. Todos esses levantamentos só nos fazem enxergar com mais cautela a maneira como este autor interpreta suas fontes, para que não caiamos em seus erros para interpretar o que seria o conceito de teologia.

Encerramos por aqui as reflexões feitas a partir de Assman o que seria teologia. A partir de agora, nos debruçaremos na forma como Ritner entende este conceito.

***HEKA*: UM CONCEITO TEOLÓGICO**

Conforme estamos demonstrando neste artigo, pensar em um conceito de teologia egípcia é uma operação extremamente complicada porque os antigos egípcios não tinham este conceito em sua língua nativa. Tendo isso em mente, calculemos como é difícil definir o que é a

religião egípcia, pois, tal qual o conceito de teologia, este povo também não desenvolveu um conceito de religião. Justamente a característica mais pesquisada na história dessa cultura não ganhou um nome próprio para designar a si mesma. Reafirmamos aqui o que dizemos algumas páginas acima, que acreditamos poder usar um conceito que não exista em uma dada cultura para expressar um entendimento sobre tal sociedade, no entanto, este empreendimento é muito complicado e deve ser feito com cautela.

Diversamente do conceito de teologia, existe um conceito nativo que se “aproxima” de religião, e este é o conceito de *heka*. Ritner afirma que podemos encontrar antecessores deste termo desde o Antigo Reino e podemos perceber sua evolução até mesmo no Período Romano (30 a.C. - século IV d.C.) (Ritner, 2008, p. 15). A grande problemática é que *heka* é entendido como magia e este conceito é normalmente malvisto dentro da academia. Para ficarmos em dois exemplos:

Em alguns feitiços, se o mago nomeia esse ou aquele deus, a razão para isso é encontrada nos episódios que ocorrem nas lendas dos deuses; um deus que uma vez triunfou sobre as serpentes devem ser a melhor escolha contra elas, e uma deusa que se tivesse educado para criar uma criança seria a melhor ajuda para uma mãe moribunda. E com apenas um senso comum de aludir diretamente a esses protótipos, foi composta uma forma de feitiço que consiste em um episódio da história dos deuses, da qual a aplicação prática pode ser feita (Erman, 1907, p. 150).

No trecho citado acima, Erman vê a magia como auxílio forçado dos deuses ou como uma reprodução dos mitos divinos a partir de ações humanas com a finalidade de se atingir um objetivo específico. Agora vejamos como Gardiner define este conceito:

as ações mágicas podem, portanto, para nossos propósitos, ser definidas como aquelas ações que os homens realizaram para seu próprio benefício ou para o benefício de outros homens vivos, e que exigiram certos poderes miraculosos para seu desempenho. Deve-se advertir contra dois equívocos: em primeiro lugar, deve-se entender claramente que os deuses e os mortos podem, como de fato costumam fazer, entrar nas dramatis personas do ritual mágico; o princípio da divisão não é de *quibus, mas cui bono*; em segundo lugar, a magia assim definida não diferia essencialmente do mecanismo dos cultos dos mortos e dos deuses, nem era necessariamente considerada com sentimentos de reprovação moral (Gardiner, 1916, p. 263A – 263B. Grifos do autor).

Foi possível perceber que não há praticamente diferença entre estes dois autores. Existe, no entanto, um detalhe curioso que não ainda não citamos. Eles não estão preocu-

padros em dizer o que é *heka*, pois, como já veremos, ambos os autores classificam *heka* de uma maneira diferente. O que eles estão fazendo é conceituar o que seria magia como conceito universal (Ribeiro, 2017). Erman concebe o *heka* como algo sagrado, que pertencia aos deuses, mas que se tornou o princípio da arte mágica (Erman, 1907, p. 162 - 163). Já Gardiner concebe *heka* como poder mágico (Gardiner, 1916, p. 262B). Percebe-se claramente que há uma diferença na forma como Erman e Gardiner compreendem este conceito.

Voltando a Ritner é preciso se ter em mente que o autor compreende plenamente todas essas problemáticas. Não apenas isso, ele nos demonstra como o conceito de magia acabou sendo usado como uma arma simbólica, uma maneira de separar os grupos humanos entre “nós” e “eles”:

Magia é aqui simplesmente as práticas religiosas de um grupo visto com desdém por outro. Como no anúncio citado, o conceito “magia” serve para distinguir “nós” de “eles”, mas não tem conteúdo universal. Sua religião é a minha magia e, assim, em inglês, a África não tem sacerdotes, mas “feiticeiros” (Ritner, 2001, p. 44).

Ainda que com todos os problemas apresentados, o autor não acha válido abandonar o termo magia para o estudo da sociedade egípcia. Como ele próprio salienta, não foram os gregos ou os romanos que cunharam um termo para a prática religiosa egípcia, foram os nativos que o fizeram a partir da palavra *heka*. Logo o estudo da magia deve ser mantido como uma categoria do pensamento egípcio (Ritner, 2008, p. 14).

Se *heka* é uma categoria própria do pensamento egípcio, deve se perguntar, portanto, o que ela significa para aquele povo. Trabalhando com o Texto do Sarcófago 261, Ritner nos demonstra como *heka* aparece como filho do próprio criador, na verdade, ele é algo a mais que isso, *heka* é anterior a palavra da criação, ele é a própria possibilidade para que a criação aconteça (Ritner, 2008, p. 17). Porém, não podemos cair na tentação de entender *heka* apenas como uma força criadora, ela é algo que está no universo, que está nos homens e nos deuses, e que os homens usam em seus cultos. Nas palavras do autor:

Como a força preeminente através da qual o criador engendrou e sustentou o cosmos ordenado, era necessário a energia” dinâmica que o ritual religioso egípcio procurava canalizar para que pudesse atingir seu objetivo idêntico, a preservação do universo do criado (Ritner, 2008, p. 247).

Devemos então nos perguntar o que o autor entende por *heka*. Ritner se apropria de uma definição de Lexa, egiptólogo o qual não tivemos acesso, e define magia como ações fora da lei de causa e efeito:

para o propósito deste estudo, qualquer atividade que busque obter seu objetivo por métodos fora das leis simples de causa e efeito será considerada "mágica" no sentido ocidental. Até que ponto essa "definição de trabalho" da magia está de acordo com a compreensão egípcia do heka, espera-se que se torne mais clara no curso da investigação. Apenas tal abordagem do heka egípcio foi sugerida em 1925 por Lexa, que acrescentou uma advertência significativa: as concepções ocidentais e egípcias de ações mágicas nem sempre se ajustam, pois certos atos que parecem dependentes da lei da causalidade a uma cultura podem ser vistos como "mágico" por outro. Assim, um remédio para cabelos grisalhos que incorpora o sangue de um touro negro pode refletir uma compreensão "primitiva" do sangue como portador e transmissor das qualidades do animal, enquanto outra cultura pode ver no ato apenas "magia por contágio". Na prática real, no entanto, tais exemplos são muito poucos e de modo algum viciam a utilidade inigualável de atividade como o diagnóstico de magia (Ritner, 2008, p. 69-70).

O nosso leitor deve estar se perguntando qual a pertinência deste debate, tendo em vista que o tópico em questão é dedicado ao conceito de teologia formulado por Ritner. Esse debate é essencial porque o conceito de teologia desse autor está diretamente conectado ao termo *heka* e, acreditamos que seria de mais fácil entendimento se primeiro explicássemos o que é este conceito, para só então partirmos para o entendimento do que seja teologia.

Conforme já dizemos, *heka* pode ser entendido como uma energia, um poder que tanto os deuses como os homens eram capazes de manipular. É a partir da ideia de manipulação deste poder que o autor formula o que seria teologia para ele:

a manipulação cúltica dessa "energia" por recitação, substância e ritual constituía, assim, um sistema sofisticado de "teologia prática", "uma" teurgia "na qual o sacerdote literalmente" executava as obras de deus. "Conformando-se a clássica a terminologia antropológica de Arnold van Gennep, os atos "mágicos" egípcios são mais bem compreendidos como a técnica da religião, a "mecânica mágica" da adoração do culto (Ritner, 2008, p. 247).

Logo após descrever a maneira como *heka* criou o mundo, o autor descreve o motivo de *heka* gerar reflexões teológicas nos egípcios:

Essa "ka-teologia" da qual *Heka* é o patrono gera o "princípio imagístico" que é fundamental para toda especulação teológica egípcia sobre a unidade da criação: a profusão de divindades no panteão pode ser vista como "imagens" ou projeções de "um deus que se transformou em milhões", os animais são imagens de deuses e demônios, estátuas e relevos são imagens animadas da divindade, o rei é ao mesmo

tempo herdeiro do criador e sua "imagem viva" na terra, conduta dos sacerdotes a liturgia cultual em todo o Egito como a imagem do rei e dos deuses, estátuas reais são encarnações do rei, enquanto estátuas particulares e relevos de tumbas são imagens animadas dos mortos, que são em última instância imagens de Osíris (como "assim como Osíris "), *et cetera*. (Ritner, 2008, p. 247 - 249. Grifos do autor).

Na formulação de Ritner, o conceito de *heka* seria considerado uma teologia, ou melhor, uma obra-prima para o pensamento teológico porque supostamente o mesmo seria capaz de despertar reflexões nos egípcios sobre a criação e o seu caráter divino, se associando, de certa forma, ao henoteísmo de Assman.

O primeiro problema da formulação deste autor é bastante similar a um dos problemas do autor anterior, a saber, a falta de materialidade para afirmar que os egípcios faziam uma reflexão acerca do caráter divino a partir do conceito de *heka*. Somente os textos funerários não podem fornecer esta materialidade, pois, como sabemos, os mesmos tratam de antigas tradições sobre as divindades, portanto, estão preocupadas não com a criação ou com a natureza divina, mas sim com os fins práticos relacionados a morte.

Além disso, Ritner não se preocupa em dizer em que período começa a reflexão teológica egípcia, se esta um dia se esgotou temporalmente ou se prolongou por toda a história deste povo. É como se o aparecimento do conceito de *heka* bastasse para fazer essa separação no tempo, o que de fato não basta, já que como o autor nos mostrou, o mesmo foi encarado de diversas maneiras ao longo do tempo dentro do Egito e não seria nenhum absurdo pensar que deveríamos ter um recorte temporal para podermos começar a falar em teologia.

Em resumo, reconhecemos os esforços intelectuais de Ritner para buscar uma definição de teologia dentro da sociedade egípcia, entretanto falta materialidade para as suas propostas, falta demonstrar nas fontes onde, como e quando essa teologia se manifesta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto a contribuição de Assman como a de Ritner, são bastante interessantes para pensarmos o caso egípcio, contudo, como demonstramos ambas apresentam sérios problemas.

Guardadas todas as suas diferenças, os conceitos de teologia formulados pelos dois egiptólogos trabalhados acima envolvem a razão. Estão "próximos" de alguma maneira da definição ampla que encontramos para este conceito na temporalidade: "uma análise efe-

tuada pela razão sobre os preceitos da fé” (Pauly, 2006, p. 23). No entanto, as suas reflexões teóricas não conseguem demonstrar nas fontes a existência material dessa teologia. É no mínimo curioso que tenhamos criticado a egiptologia por não apresentar reflexões teóricas sobre os conceitos que usa, ao mesmo tempo que constatamos que as ideias apresentadas por Assman e Ritner acerca do que seria teologia no Antigo Egito não passaram da etapa da reflexão teórica, não se sustentando nas fontes de maneira minimamente razoável, pelo menos não da maneira como feita pelos autores.

Acreditamos que os conceitos são as ferramentas dos historiadores e de todos os cientistas sociais para entender os diferentes povos. Assim sendo, quando uma ferramenta de trabalho não dá conta de cumprir o seu papel, devemos buscar por outra. Esse parece ser o caso específico do conceito de teologia para o Antigo Egito. Até o momento não existe um conceito de teologia que se adeque aquela realidade e talvez em relação a ele naquele contexto, o melhor seja mesmo não o utilizar.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. O reconhecimento da teologia como saber universitário: tensões e articulações entre as dimensões confessional e pastoral. In: *Ciberteologia – Revista de teologia & cultura*. São Paulo: PUC-SP, n. 26, nov.-dez. de 2009. p. 24-34.
- ANJOS, Margarida; FERREIRA, Marina Baird. *Mini Aurélio século XXI Escolar*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.
- ASSMAN, J. *Egyptian solar religion in the New Kingdom*. Londres e Nova York: Kegan Paul International, 1994.
- ASSMAN, J. Magic and theology in Ancient Egypt. In: SCHAFER, Peter; KIPPENBERG, Hans. Envisioning. A Princeton Seminar & Symposium. *Studies in the history and religion*, Leiden, n 75, p. 1 - 18, 1997.
- ASSMAN, J. Monoteism and Polytheism. In: JOHNSTON, Sarah I, (org.). *Religions of the Ancient World: a guide*. Cambridge: Cambridge mass, 2004.
- COULON, Laurent. Une trinité d’Osiris thébains sur um relief découvert à Karnak. In: *CENiM* 3. Montpellier, 2009. p. 01-18.
- DAVID, Rosalie. *Religião e Magia no Antigo Egito*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- ERMAN, Adolf. *A handbook of egyptian religion*. London: Archibald Constable & Co. LTD., 1907.

GARDINER, Alan H. Magic (Egyptian). In: HASTINGS, James. *Encyclopaedia of religion and ethics*. Volume VIII. New York: Charles Scribner's Sons, 1915. p. 262a-269a.

GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. A importância da pesquisa em teologia: a teologia da memória ou a teologia da inteligência? In: *Revista teológica*. São Paulo: Faculdade Teológica Batista, n. 6, jun. de 2016. p. 04-15.

HENDRICHX, Stan; HUYGE, Dirk; WENDRICH, Willeke. Worship without writing. In: WENDRICH Willeke. *Egyptian Archaeology*. Nova Jersey: Wiley-BlackWell, 2010.

JANÁK, J. The structure of the egyptian pantheon. In: VACÍN, L. *Ancient near eastern studies in memory of Blahosla Hruska*. Dresden: ISLET-Verlag Dresden, 2011.

JOÃO, Maria Thereza David. *Estado e elites locais no Egito do final do IIIº milênio a.C.* Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

KEMP, B. Old Kingdom, Middle Kingdom and Second Intermediate Period c. 2686-1552 BC. In: TRIGGER, B. G. KEMP, B. J. O'CONNOR, D. LLOYD, A. B. *Ancient Egypt a social history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LOPES, Edson P. (et al.) Profissão teólogo e vocação pastoral: reflexões conceituais. In: *Ciências da religião – História e sociedade*. São Paulo: Mackenzie, v. 8, n. 2, 2010. p. 25-37.

MATHIEU, Bernard. Mais que est donc Osiris? Ou la politique sous le linceul de la religion. In: *ENiC*, v.3, 2010. p. 77-107.

PASSOS, João Décio. *Teologia e outros saberes uma introdução ao pensamento teológico*. São Paulo: Paulinas, 2010.

PAULY, Evaldo L. O novo rosto do ensino de teologia no Brasil: Números, normas legais e espiritualidade. In: *Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo*. São Leopoldo: EST, v. 10, mai.-ago. de 2006. p. 20-35.

RIBEIRO, Thiago H. P. Entre a religião e a magia: (re)pensando do Egito Antigo. In: *Revista de estudos sobre Jesus Histórico e sua Recepção*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 18, 2017. p. 20-40.

RITNER, Robert K. The religious, social and legal parameters of tradicional egyptian magic. In: MAYER, Marvin; MIRECKI, Paul (org.). *Ancient magic and ritual power*. Boston; Leiden: Brill Academic Publishers, Inc., 2001. p. 43-60.

RITNER, Robert K. *The machanics of ancient egyptian magical pratice*. Studies in Ancient Oriental Civilization, n. 54. Chicago: The oriental institute of University of Chicago, 2008.

SANTOS, Poliane Vascondi dos. *Religião e Sociedade no Egito Antigo: Uma leitura do mito de Ísis e Osiris na obra de Plutarco (I d.C)*. Dissertação (Mestrado). Assis: Universidade Estadual Paulista, 2013.

TRIGGER, Bruce; KEMP, B. J.; O'CONNOR, D.; LLOYD, A. B. *Ancient Egypt a social history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

ABSTRACT:

This paper debates the use of the concept of theology for Ancient Egypt religion. The motivation for this study originates from the observation, demonstrated at the beginning of this text, that a lot of egyptologists use this concept in many varied ways, and that only two authors we have found, Assman and Ritner, care for the conceptualization of what would be theology in Ancient Egypt. Here, we shall be based on some theologians to define what theology is, and after that we shall analyze the ways Assman and Ritner treat this concept, to reflect, at the end, on its use or not for the Egyptian reality.

Keywords: Ancient Egypt; Religion; Theology.

Recebido em 06/04/2022

Aceito para publicação em 10/05/2022